

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Começando pelo telhado *Assembleia Constituinte*

DAVID LERER

Quando o abade Sieyes, um dos maiores agitadores da Revolução Francesa, lançou a fórmula do poder constituinte do povo, não desconfiava que sua descoberta iria gerar num País chamado Brasil a mais bizantina das discussões e uma profusão, a dos fazedores de Constituições. Os brasileiros podem orgulhar-se de sua magnífica galeria de notáveis e professores especializados em substituir o povo na fabricação de textos constitucionais para as necessidades do momento.

Há poucos dias um deputado do PP apresentou projeto transformando o Congresso eleito em 82 em Assembleia Constituinte dentro da tese do prof. Afonso Arinos de Mello Franco, constitucionallista eminente, relançando assim o debate sobre a quadratura do círculo.

A direita teme a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte porque, à semelhança de certas esquerdas, faz dela uma idéia catastrófica. Já enxerga a agitação social e a desordem que se seguirão, os "sans-culottes" de olhos injetados pelo vinho e o ódio saqueando palácios, invadindo terras e fazendo rolar cabeças como na Revolução de 1789. Conservadores mais lúcidos vêem nela um risco para a explosiva abertura que vivemos, na medida em que acirra os ânimos dos habitantes das cavernas, mas aceitam novos remendos à atual colcha de retalhos desde que costurados de forma lenta, gradual e segura. "Rearranjos" sob controle para manter tudo como está. Pouco lhes importa que a atual emenda constitucional n.º 1, de 1969, comece com a mais gritante das contradições: "Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar... promulgam" e logo em seguida: "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". Uma farsa que seria cômica se não fosse trágica.

As oposições por sua vez estão divididas entre os que pretendem uma Constituinte "com Figueiredo" e os que a desejam "sem Figueiredo". Entre os que querem um novo "pacto social" e os que se contentam com a negociação de um novo "pacto político". Entre os que aspiram a uma Assembleia especialmente eleita para elaborar uma nova Carta e os que se contentam em atribuir ao próximo Congresso poderes constitucionais. Não há tampouco acordo sobre o conteúdo da nova Constituição. Teremos um regime presidencialista ou

parlamentarista? E o novo sistema continuará capitalista ou será socialista?

A impressão que sobra é a de um farmacêutico que, diante da teimosia da enfermidade, e não podendo mudar a fórmula do remédio, se contentasse em mudar o rótulo. Está-se tentando mudar por cima o que deveria ser mudado por baixo e tentando construir uma casa a partir do telhado. A Assembleia Nacional Constituinte, que mesmo alguns advogados desconhecem o que seja, tem de ser a culminação do processo e não o seu início. Não se entende uma Constituinte sem amplo debate, largas liberdades sindicais e de organização partidária, sem eleições expressamente convocadas para reuni-la. Por outro lado, são poucas as forças sociais organizadas e se quisermos atuar com os pés plantados na realidade temos de admitir que a capacidade mobilizadora dos partidos políticos é escassa. Uma Constituinte sem povo será outra criação retórica das elites, por mais bem-intencionadas que estas sejam. A correlação de

forças no País ainda não autoriza a elaboração de uma Constituição realmente democrática e dificilmente permitiria sua defesa. Em Portugal votou-se uma Carta socialista e apenas dois anos depois já estava ameaçada, porque o momento em que nascera estava uma oitava acima do tom político normal do país.

Neste momento as grandes maiorias estão preocupadas com seu futuro imediato, com as urgências da fome, da inflação e do desemprego. O que esperam das oposições é muito mais uma resposta à crise, mediante um sério e responsável programa alternativo de governo, que uma nova Constituição, ainda que esta seja indispensável. E o grande fator de mobilização será a eleição de 82 para governador, embora evada de casuísmos. Isto o povo entende. O poder, mesmo limitado, vale mais que palavras.

David Lerer é médico, ex-deputado federal, ex-professor da Universidade de Lisboa e exerceu funções técnicas em Angola e Moçambique.

ANC 88

Pasta 80/81

03/1981